

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A 16 de junho de 2020 a Assembleia da República recomendou ao Governo a revisão da Convenção de Albufeira, para defesa do rio Tejo e demais bacias hidrográficas dos rios internacionais e seus afluentes (Resolução nº 28/2020).

Em termos específicos foram apresentadas 13 recomendações que deveriam ser seguidas e que resultaram da concertação de posições de vários partidos com assento parlamentar. Houve um amplo consenso sobre a necessidade de se rever esta Convenção para melhor se defenderem os interesses de Portugal. Importa lembrar que no primeiro semestre de 2020, o contexto que precedeu esta iniciativa política era extremamente preocupante.

Passou praticamente um ano sem que se conhecessem diligências públicas por parte do governo na resposta aos problemas levantados ou na operacionalização das recomendações da Assembleia da República. Contudo, a realidade tem vindo a agravar-se, as denúncias sucedem-se e nas notícias destacam-se as seguintes ocorrências:

- Redução de caudais no rio Tejo, extensões de 30 quilómetros quase em água e uma grande pressão sobre os sistemas ecológicos (CM, março 2021)
- Questionado pelo PSD e por outros partidos, o Ministro do Ambiente respondeu que a “situação está minimizada” mas que tenderá a repetir-se (Visão, abril 2021)
- Agravamento da pressão sobre os recursos hídricos na bacia do Guadiana e conflito entre regiões face a novas captações e usos mais intensivos de água (Correio do Alentejo, abril 2021)
- Ambientalistas portugueses e espanhóis alertam para “assalto” às águas do Guadiana (Expresso, abril 2021)
- “A sede de água para alimentar as culturas de abacate, laranja e de pequenos frutos em estufa (morangos, mirtilos, amoras, framboesas) dos dois lados da fronteira estão por detrás deste assalto ao rio Guadiana”, aponta a Associação Natureza Portugal / World Wild Fund.
- Em causa estão sobretudo as captações de água planeadas para o Pomarão (no concelho de Mértola) do lado português e o reforço da captação de Bocachanza (onde o rio Chança conflui

com o Guadiana) do outro lado da fronteira, que aqui é delineada pelo rio até à foz.

Se por um lado o aproximar do verão e da época mais seca do ano conduz ao surgimento de alguns destes episódios, por outro lado existem novos problemas e tendências que terão um impacto mais estrutural sobre os recursos hídricos ibéricos.

A intensificação agrícola continuará a requerer maiores consumos de água, a pressão urbana tenderá a aumentar e os impactos das alterações climáticas afetarão negativamente a disponibilidade destes recursos (menor precipitação, temperaturas mais elevadas, maior evapotranspiração). Um dos caminhos para minimizar este problema passa pelo reforço da eficiência hídrica, tendo sido lançado, em setembro de 2020, um plano específico para a região do Algarve.

Outro caminho complementar passa por assegurar que os recursos hídricos ibéricos são geridos de forma a acautelar os interesses de Portugal e a evitar que Espanha abuse da sua posição a montante. O que nos traz novamente à Convenção de Albufeira e à necessidade de proceder à sua revisão, nos termos recomendados pela Assembleia da República.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, através de Vossa Excelência, o seguinte:

1. Qual o ponto de situação por parte do governo do cumprimento da Resolução da Assembleia da República nº 28/2020?

A Recomendação nº 1 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 2 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 3 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 4 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 5 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 6 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 7 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 8 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 9 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 10 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 11 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 12 foi cumprida? Em que termos?

A Recomendação nº 13 foi cumprida? Em que termos?

Palácio de São Bento, 15 de abril de 2021

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

Deputado(a)s

PAULO LEITÃO(PSD)

NUNO MIGUEL CARVALHO(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

FILIPA ROSETA(PSD)

JOÃO GOMES MARQUES(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

PEDRO PINTO(PSD)